

Estratégias de Legitimação: a construção de uma memória coletiva pelos governos militares do Egito e da Argélia no Pós-Independência

Strategies of Legitimacy: the construction of a collective memory by the military governments of Egypt and Algeria in the Post-Independence

Mariana Falcão Chaise¹

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar as estratégias de legitimação dos regimes militares que ascenderam ao poder após as guerras de libertação em dois países árabes: a Argélia e o Egito. O espaço temporal situa-se entre o início da década de 1950, com o fim da monarquia egípcia e o início do governo de Gamal Nasser, até o final da década de 1970, com a morte de Houari Boumediène. As estratégias de legitimação a serem analisadas são aquelas relativas tanto à construção de uma memória coletiva relativa ao papel dos *mujahideen* nestas sociedades recém-egressas do colonialismo quanto à instrumentalização de duas retóricas umbilicalmente ligadas, que serviam à representação de um futuro mais próspero e justo: o nacionalismo e o socialismo. A metodologia utilizada se baseia na análise dos principais símbolos nacionais e nos discursos dos principais líderes, apoiando-se – igualmente – na literatura especializada disponível.

Palavras-chave: Relações Civil-Militares; Mundo Árabe; legitimidade.

Abstract: The primary purpose of this article is to analyze the strategies of legitimacy of the military regimes that came to power after the wars of liberation in two Arab countries: Algeria and Egypt. The timeline is between the beginning of the 1950s, with the end of the Egyptian monarchy and the beginning of the government of Gamal Nasser, until the end of the 1970s, with

¹ Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e graduada em Relações Internacionais pela mesma Universidade. Concentra sua pesquisa na linha de Política Internacional, em temas relativos ao Mundo Árabe-Mululmano, Relações Civil-Militares e Defesa Nacional.

the death of Houari Boumedienne. The strategies of legitimacy to be analyzed are those on both the construction of a collective memory on the role of the mujahideen in these newly egresses from the colonialism societies and the instrumentalization of two inextricably linked rhetoricals, which served for the representation of a more prosperous and fair future: nationalism and socialism. The methodology is based on the analysis of the main national symbols and speeches of top leaders, leaning - also - on the available literature.

Keywords: Civil-Military Relations; Arab World; Legitimacy.

1. Introdução

A dicotomia entre o poder efetivo e o poder formal é recorrente na literatura relativa aos países árabes do Oriente Médio e do Norte da África, refletindo um descompasso nas relações entre civis e militares a partir da percepção subjetiva de quem detém a legitimidade e de quem controla – de fato – as instituições do Estado. Nesse sentido, é frequente na literatura especializada a referência ao *Gouvernement* enquanto a elite que governa o país e ao *Pouvoir*² (no caso argelino), ou a *Al-nidham*³ (no caso de outras repúblicas como Síria, Tunísia, Líbia, Iraque e Egito), enquanto a nebulosa elite militar que dirige o concerto político (Rahal, 1997; Addi, 2001; Hudson, 2015). Assim, seja devido aos prolongados períodos de controle militar direto após a Segunda Guerra Mundial, seja pelos períodos de evidente conexão entre governantes eleitos e militares, é possível afirmar que as relações entre civis e militares em muitos destes países foram caracterizadas pelo proeminente papel político dos segundos (Jensen, 2008; Brooks, 1998).

Para Camou (1992) o núcleo da problemática da legitimidade é constituído justamente pela transmutação da coerção padecida em coerção necessária, da dominação organizada em dominação acolhida. Assim, da

² Traduzido do francês como “poder”.

³ Traduzido do árabe como “ordem” ou “sistema”.

transmutação de *naked power*⁴ em autoridade, subjetivamente aceita. A legitimidade, portanto, seria indissociável da sua duração, sendo reflexo da “aptidão do corpo social em transcender suas divergências e conflitos” (Camou, 1991, p. 87). Os Estados árabes surgidos das independências herdaram do Império Otomano este deficit estrutural. Seus governantes se dedicaram a suprimi-lo, fazendo referências a representações de futuro, sem deixar de evocar um passado de lutas, acompanhadas de uma forte inversão em suas personalidades e de compromissos clientelistas (Camou, 1991).

O objetivo deste trabalho é analisar tais “representações de futuro” e “evocações de passado”, ou seja, as estratégias de legitimação empreendidas pelos militares em dois países árabes que são casos reconhecidos de intervenção militar na arena política: o Egito e a Argélia. O ambiente temporal a ser analisado é do final das Guerras de Libertação até meados dos anos 70, período no qual o pretorianismo⁵ foi a forma dominante de politização das Forças Armadas na região (Pollack, 1996). No caso do Egito, consideraremos o período que se estendeu de 1952, quando os Oficiais Livres derrubaram a monarquia e o protetorado britânico e estabeleceram uma República – em realidade, uma junta militar –, até 1970, com a morte de Gamal Abdel Nasser. No caso da Argélia, de 1962, quando o *Conseil National de la Révolution Algérienne* (CNRA) emergiu da Guerra de Independência como ponto político focal no novo sistema de governo, até 1978, com a morte de Houari Boumediene. Se argumentará que durante este período os *mujahideen*⁶ lograram interpretar a história destes dois países de modo que a memória das Guerras de Independência se tornasse um verdadeiro recurso político e social (Branche, 2011).

⁴ O poder não apoiado na tradição e que não envolvesse consentimento por parte dos sujeitos seria *naked power*; tal seria o poder de um exército invasor sobre a nação derrotada, da polícia sobre os conspiradores (Russel, 2004).

⁵ Pearlmuter (1969), falando especificamente sobre o Egito, utilizou o termo “Estado pretoriano”, um Estado no qual os militares tendem a intervir no governo, possuindo potencial para dominar o Executivo.

⁶ Segundo a Enciclopédia Britânica, *mujahideen*, do árabe, é o plural de *mujahid*, um termo usado para designar qualquer grupo muçulmano engajado em hostilidades contra não-muçulmanos.

Aceitamos o argumento de Carvalho (1990) de que o instrumento clássico de legitimação dos regimes políticos é a ideologia, a justificação racional da organização do poder. Estas, porém, vêm acompanhadas de elementos extra-discursivos, como imagens, alegorias, símbolos, que permitem o extravasamento da visão das elites para o público, sendo tal essencial em mudanças políticas e sociais, ou seja, quando ocorre a redefinição das identidades coletivas (Carvalho, 1990). Segundo José Murilo de Carvalho:

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se pode atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração (...) é nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro (Carvalho, 1990, p.10).

Assim, no presente trabalho iremos proceder primeiramente à análise dos símbolos nacionais que estimularam a construção de uma memória coletiva: trechos das constituições nacionais, os hinos, as bandeiras e os feriados festivos. Na sequência, analisaremos a instrumentalização pelos militares de duas retóricas que marcaram o discurso dos dois líderes aqui citados (Nasser e Boumediène), as quais estão umbilicalmente conectadas: o nacionalismo e o socialismo árabe. O faremos tanto através de discursos como a partir das obras publicadas por Nasser, por considerar que estas possuem um grande impacto para o conjunto do Mundo Árabe.

Enquanto justificativa ao trabalho, as poucas obras que tratam das Forças Armadas nos Estados árabes raramente se apoiam em métodos comparativos e versam – em geral – sobre a guerra e seus aspectos estratégicos, ao invés de padrões de relações civil-militares (Barak e David, 2010; Santana, 2011). Nomeadamente, ainda que o debate acerca da legitimidade da ação política destes corpos seja proposto, poucas obras se dispõem a investigar, desde dentro, as estratégias utilizadas para tanto. A compreensão destas,

porém, importa para a própria compreensão das dinâmicas atuais nestes países, uma vez que os militares ainda representam uma força política expressiva.

No campo metodológico, uma carência a ser enfrentada por este artigo é a inexistência de pesquisas de opinião para o período indicado. Assim, nos serão úteis alguns conceitos utilizados por Consuelo Cruz (2005) que, analisando o contexto da Costa Rica e da Nicarágua durante seus períodos coloniais, define política como a busca e a consolidação de um poder legítimo. A Cultura Política, nesse sentido influenciaria na legitimação dos regimes ao definir o que a sociedade interpreta como politicamente aceitável, justo, ou viável, ou seja, a Cultura Política seria um sistema para planos normativos; neste processo, importa a ação dos árbitros, os intérpretes dos valores, sendo essencial para o processo de arbitragem a retórica, que além de espelho ao que é “aceitável, justo e viável”, é instrumento das elites. Assim, a socialização política se daria também pelos discursos dos dirigentes. Segundo a autora:

A cultura política influencia a legitimação dos regimes e a elevação e deslocamento dos árbitros do mesmo modo que ela influencia a construção e efetividade da arbitragem (...) a cultura política molda o entendimento dos atores sobre o que é justo e o que é viável – ela molda seu realismo normativo (Cruz, 2005, p.2).⁷

Assim, a autora conseguiu unir o campo da Cultura Política ao estudo do passado a partir do estudo das estratégias de legitimação dos regimes, buscando analisar a ação moldadora dos líderes políticos nos julgamentos individuais e a sua observável influência em arbitragens formais ou informais. Badie e Hermet (1990), ao falarem de Cultura Política, sublinham igualmente a análise dos processos de legitimação, para eles “a elaboração de fórmulas através das quais os governantes alcançam apresentar suas ordens como compreensíveis e

⁷ Tradução da autora: “political culture influences the legitimation of regimes and the elevation and displacement of arbiters in the same way that it influences the construction and effectiveness of encompassing arbitration (...) political culture shapes actors’ understanding of what is fair and feasible – it shapes their normative realism”.

aceitáveis para os governados” (Badie e Hermet, 1990, p.58).⁸ Para os autores, esses processos de legitimação e de deslegitimação são elementos sensíveis ao conhecimento de uma dada realidade para os quais a análise cultural pode contribuir, sendo este – portanto – um objeto privilegiado para todas as abordagens que buscam operacionalizar o conceito de cultura.

2. Militarismo no mundo Árabe: contexto histórico e social

Para fins deste artigo, o comportamento e a cultura política devem ser analisados em seus contextos histórico e sociais, compostos não apenas pela dimensão nacional, mas permeados de diversas influências externas: regionais ou extra regionais. Nesse sentido, é necessário investigar – brevemente – por que os militares se colocaram como uma alternativa enquanto classe dirigente no conjunto do Mundo Árabe antes de proceder à análise dessa realidade específica na Argélia e no Egito.

A primeira geração de estudiosos sobre as Relações Civil-Militares no Mundo Árabe concentrou-se na explicação dos golpes militares iniciados no Iraque, em 1936. Até os anos 1970, a intervenção militar no terreno político aparentava ser a regra na região: em seu já clássico livro, Eliezer Be’eri (1970) lista 37 golpes militares ou tentativas de golpe entre 1936 e 1967. As explicações para este fenômeno, porém, eram variadas.

Rustow (1960) elenca três fatores para a preeminência das Forças Armadas na cena política nos Estados árabes, propondo um modelo bastante elaborado, que combina elementos de herança cultural, étnica e social com conjunturas históricas como as principais causas para a politização dos militares. Em primeiro lugar, as reformas impulsionadas no século XIX o foram devido a derrotas militares e iniciaram – consequentemente – pela modernização das Forças Armadas. Assim, um grande número de jovens

⁸ Tradução da autora: *“l’élaboration des formule par lesquelles les gouvernants parviennent à présenter leurs ordres comme compréhensibles et acceptables par les gouvernés”*.

militares foi enviado à Europa, de modo que se desenvolveu uma nova classe de oficiais comprometida com as ideologias políticas europeias, como o nacionalismo e o constitucionalismo. Barakat (1993) adiciona a esta explicação um elemento de estrutura de classe. Para este autor, as três visões para a mudança política no Mundo Árabe – a evolucionária, a reformista e a revolucionária – tendem a corresponder às três ideologias políticas – a direita, o centro e a esquerda –, as quais, por sua vez, tendem a corresponder às divisões de classe existentes – a burguesia tradicional (comerciantes, grandes proprietários de terras, chefes tribais), a pequena burguesia e as classes baixas (trabalhadores, camponeses).

Historicamente, foram as classes comerciantes e urbanas o núcleo da elite dominante do Mundo Árabe, proponentes de um modelo conservador e evolucionário de desenvolvimento, cuja legitimidade provinha do tribalismo (*'asabiyya*)⁹ e da religião islâmica.¹⁰ As Forças Armadas eram as provedoras da segurança interna e defensoras da ordem dominante, recrutadas – portanto – no seio das próprias famílias dirigentes. Os militares, porém, emergiram como uma alternativa às lutas pela independência, sendo necessário o alargamento das suas bases de recrutamento. Assim, um segundo fator elencado por Rustow (1960) foi a posterior imposição de regimes estrangeiros nos países árabes, que impulsionou a resistência nacionalista destes oficiais de classes mais baixas, não mais comprometidos com a preservação do *status quo* e partidários de uma ruptura total com as potências coloniais.

O turbulento período pós-independências que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial e ao estabelecimento do Estado de Israel foi

⁹ Utiliza-se aqui, a acepção de *'asabiyya* como originalmente proposto no século XIV pelo polímata árabe Ibn Khaldun, referindo-se ao “espírito de clã ou de família” (Khaldun, 1958, p. 219). Foi devido a esse conceito que Ibn Khaldun alcançou parte de sua glória, por ter sido o mais estudado e o mais comentado dentro de sua obra. Trata-se, na realidade, de um neologismo, que seria melhor traduzido como solidariedade agnática, dando-se ênfase ao caráter essencialmente tribal do fenômeno.

¹⁰ Estas classes se estabeleceram a partir alianças pragmáticas com os dirigentes otomanos e com os agentes do imperialismo europeu, de modo que a independência em relação a estes significava a simples partida dos dirigentes estrangeiros e não o estabelecimento de uma nova sociedade (Barakat, 1993).

concomitante à mobilização de partes da pequena burguesia em grupos políticos de teor nacionalista, de teor liberal, socialista ou islamista, que propunham a confrontação em relação à França e à Inglaterra. Alguns destes movimentos capturaram o poder político através de golpes militares na Síria, Egito, Sudão, Iêmen, Iraque, Argélia, Líbia, Mauritânia (Barakat, 1993).¹¹ Por fim, o terceiro fator elencado por Rustow (1960) para o grande número de golpes militares na região foi sua raiz no sentimento de frustração causado pela ineficiência e pela corrupção dos regimes civis.

3. Militarismo na Argélia e no Egito

Tratando especificamente do caso egípcio, em 1952, os membros do Movimento dos Oficiais Livres, grupo de jovens oficiais do Exército, derrubaram a monarquia do rei Faruk e proclamaram a República. Mohammed Naguib, um dos líderes do Movimento, se tornou o primeiro presidente egípcio em 1953, após indicação do Conselho de Comando da Revolução (CCR), ao passo que Gamal Nasser foi indicado Primeiro-Ministro e Ministro do Interior. O Movimento dos Oficiais Livres, porém, rapidamente fragmentou-se em dois subgrupos, um centrado em Nasser e outro em Naguib. Apesar de os dois líderes compartilharem os mesmos objetivos, de superar a dependência egípcia em relação às potências estrangeiras e de garantir o desenvolvimento nacional autônomo, suas opiniões relativas a como o proceder diferiam. A disputa, porém, não era ideológica, mas relativa a quem deveria governar o país: os civis ou os militares. Para Nasser, que se tornou presidente em 1956 após a renúncia de Naguib – devido às pressões da CCR –, os militares eram mais bem posicionados para modernizar o país; assim, durante sua presidência, mais de um terço dos ministros eram militares (Stacher, 2014; Gordon, 1992; Cook, 2011). Os Oficiais Livres, sob comando de Nasser, idealizaram e

¹¹ Os Estados tradicionais, que permaneceram monarquias, a Arábia Saudita, o Marrocos, os Emirados árabes, permanecem uma exceção, ao passo que a burguesia tradicional permaneceu no centro do poder.

institucionalizaram uma série de princípios que ficaram conhecidos como Nasserismo – nacionalismo, socialismo e governo central forte –, necessários para se atingir “os objetivos da revolução” (Cook, 2011).

O fato de Nasser haver desafiado o imperialismo fez dele um herói não apenas para o povo egípcio, mas para o conjunto da população árabe, encorajando ações revolucionárias na Tunísia, na Líbia, na Síria, no Iraque e também na Argélia. Igualmente, no âmbito do Movimento dos Não Alinhados, denunciando ativamente o neocolonialismo e suas implicações, Nasser foi pioneiro ao propor um novo modelo de relações com os países desenvolvidos, principalmente com Estados Unidos e União Soviética, que utilizasse ambos os blocos antagônicos de maneira complementar, a fim de se atingir um modelo de desenvolvimento mais eficiente, neutro e não alinhado (Vigevani, 1990). Sua influência – portanto – atingia o conjunto do chamado “Terceiro Mundo”.

Gamal Nasser ascendeu ao poder representando o orgulho árabe e o fim da submissão egípcia às potências coloniais. Dentre os seis objetivos de sua agenda política e social estava incluso o estabelecimento de um Exército nacional forte, ao mesmo tempo em que os militares, em seus discursos, eram glorificados pelo seu papel na “Revolução de Julho”, propagando uma versão dos eventos que por duas décadas foi reproduzida pela historiografia egípcia tradicional. O Egito nasserista, assim, permaneceu sob controle da elite pretoriana, representada pelos oficiais que dominavam o partido – a União Socialista Árabe – e a burocracia do Estado (Noel, 2013; Barakat, 1993). Segundo Gordon:

Os oficiais empreenderam a construção de uma história oficial quase do momento em que assumiram o poder. Eles aprenderam rapidamente a manipular a imprensa, onde eles publicaram contas glorificados de suas origens e sua tomada de poder, e fabricaram o papel de seus adversários incômodos (...) **O manifesto de Nasser, *Filosofia da Revolução***, publicado no final de 1954, juntamente com uma série de artigos escritos por Sadat, no início de 1955, mais tarde publicados como livros e reeditado várias vezes, **tornaram-se o registro**

definitivo das origens dos Oficiais Livres. A história oficial mudou pouco ao longo da próxima década e meia (Gordon, 1992, p.9)¹² [grifo da autora].

O caso argelino ocorreu de forma bastante similar, inspirando-se na “Revolução de Julho” egípcia. O *Front de Libération Nationale* (FLN) tinha um braço armado, o *Armée de Libération Nationale* (ALN); em 1956, no congresso de Soummam, visando prover o ALN e o FLN de uma plataforma política própria, foi criado o *Conseil National de la Révolution Algérienne* (CNRA), direção política, majoritariamente composta por oficiais, cujo objetivo era garantir a criação de uma “república argelina unitária, socialista e democrática” (Ageron, 1983, p. 101), a partir de uma perspectiva de primazia do campo político sobre o militar. O FLN emergiu da Guerra de Independência, em 1962, como o único movimento político articulado, ainda que o princípio da primazia civil tenha caducado em vista de “contingências da Guerra”,¹³ de modo que o verdadeiro locus de poder não era necessariamente o partido, mas o ALN (Yefsah, 1992). Os militares representavam a força por trás do sucesso contra a colônia francesa e sua legitimidade provinha os novos líderes de uma base sólida para firmarem sua própria autoridade. A luta pela independência encontra-se no coração da identidade nacional argelina e no centro de sua definição política; os militares argelinos possuem, desse modo, uma mística revolucionária, que foi determinante na imposição da lei e da ordem no caos que se seguiu à independência (Branche, 2011; Entelis, 1982).

¹² Tradução da autora: “The officers undertook construction of an official history almost from the moment they seized power. They learned quickly to manipulate the press, where they published glorified accounts of their backgrounds and their takeover, and fabricated the role of troublesome opponents. A sociopolitical analysis of their movement, written by a civilian associate, appeared in late 1952. Nasser’s manifesto, *Philosophy of the Revolution*, published in late 1954, along with a series of articles penned by Sadat in early 1955, later published as books and reissued in several editions, became definitive accounts of the Free Officers’ roots. The official history changed little over the course of the next decade and a half”.

¹³ O assassinato de Abane Ramdane, que presidiu o Congresso de Summam, por ordem de homens do ALN, é vista por muitos intelectuais argelinos como uma ilustração emblemática do uso da força para garantir a dominação dos militares sobre as unidades políticas (Mohamed, 2012).

Ben Bella e Houari Boumediène, respectivamente os líderes político e militar do FLN, estabeleceram um regime pactuado. Em depoimento publicado em livro, o General Yahya Rahal descreveu esta relação: “Coronel Boumediène colocou-se voluntariamente atrás de Ahmed Ben Bella, que foi posto na presidência, sempre resguardando os meios reais de poder [na Argélia], que é o Exército” (Rahal, 1997, p. 153–154).¹⁴ Em junho de 1965, em vista de um regime percebido como personalista e contrário aos interesses da Revolução e das Forças Armadas, as tropas da ALN cercaram a residência presidencial, resultando na tomada de poder pelo *Conseil de la Révolution* (CR), pelos militares, encabeçados por Boumediène (Addi, 2001). Hermassi (1972) observa que o regime de Boumediène eliminou a maioria dos membros da classe política tradicional e reuniu o que ele chamou de “elites simbólicas”: aqueles com experiência de guerrilha.

3.1 Militarismo na Argélia e no Egito: os símbolos das “Revoluções”

Um primeiro símbolo representativo da vitória argelina na sua Guerra de Libertação, refletindo a versão dos *mujahideen* sobre esta e sobre seu próprio papel na sociedade, foram trechos das constituições subsequentes à vitória sobre a França. Uma nova Constituição foi aprovada em Assembleia Constituinte um ano após a Independência, em 1963, ainda durante a presidência de Ben Bella, formalizando um sistema de Estado no qual a autoridade nacional era exercida por um presidente poderoso, não sendo estabelecido um princípio de divisão dos poderes.¹⁵ A aliança entre civis e militares estava refletida nas suas provisões: o Exército Nacional, conforme Artigo oitavo: “participa das atividades

¹⁴ Tradução da autora: “Colonel Boumediene a place lui-mem volontairement derrière Ahmed Ben Bella, qui a été placé à la présidence, garde toujours les moyens de pouvoir réel [en Algérie], qui est l’armée”.

¹⁵ Artigo 48, por exemplo, autorizava o presidente a, sozinho, definir, dirigir e conduzir a política externa e interna do governo.

políticas, econômicas e sociais do país, no quadro do Partido” (Argélia, 1963, p.3).¹⁶ No preâmbulo:

O povo argelino travou, durante mais de um século, uma luta armada, moral e política contra seu invasor e todas as suas formas de opressão (...) Em 01 de novembro de 1954, a *Front de Libération Nationale* apelou à mobilização de todas as energias da Nação (...) A guerra de extermínio travada pelo imperialismo francês foi intensificada e mais de um milhão de mártires pagaram com suas vidas, seu amor pela pátria e pela liberdade. Em março de 1962, o povo argelino saiu vitorioso desta luta de sete anos e meio, liderados pela *Front de Libération Nationale* (Argélia, 1963, p.1).¹⁷

Este texto constitucional, entretanto, foi suspenso por Boumediène quando de sua tomada de poder.¹⁸ Em 1976, conflitos internos à direção militar levaram o novo presidente a se engajar em um plano de “constitucionalização” do seu regime, a fim de prover-lhe legalidade e consagrar o seu direito ao poder. A Carta Nacional, redigida e adotada em referendo neste mesmo ano, confirmou o papel preponderante da ALN em seu preâmbulo, utilizando a visão da Guerra de Libertação como um recurso para a legitimação dos militares já no primeiro parágrafo:

O povo argelino conquistou sua independência ao preço de uma luta secular e de uma guerra de libertação, realizado sob a égide do *Front de Libération Nationale* e do **Armée de Libération Nationale** (FLN-ALN), que ficará na história como uma das maiores epopeias que marcaram a ressurreição dos povos do Terceiro Mundo. No rescaldo da independência, ele está firmemente empenhado na construção do Estado e na edificação de uma nova sociedade baseada na eliminação da exploração do homem pelo homem, cujo objetivo no contexto da

¹⁶ Tradução da autora: “participe aux activités politiques, économiques et sociales du pays dans le cadre du parti”.

¹⁷ Tradução da autora: “Le peuple algérien a livré en permanence, pendant plus d’un siècle, une lutte armée, morale et politique contre l’envahisseur et toutes ses formes d’oppression (...) Le 1er Novembre 1954, le Front de libération nationale appelait à la mobilisation de toutes les énergies de la Nation (...) La guerre d’extermination menée par l’impérialisme français s’intensifia et plus d’un million de martyrs payèrent de leur vie, leur amour de la patrie et de la liberté. En mars 1962, le peuple algérien sortait victorieux de cette lutte de sept années et demie menée par le Front de libération nationale”.

¹⁸ O sistema político, a partir de então, foi regido pela lei de julho de 1965. As organizações dirigentes do Estado foram substituídas pelo CR, composto por 25 membros, quase todos os oficiais da ANP, fato que garantia a representação política aos militares por intermédio de seus comandantes. O Conselho de Ministros, por outro lado, era composto por civis, confirmando a premissa de que os militares dirigiam sem governar, sendo – porém – a principal fonte de poder do Estado (Roberts, 1998).

opção pelo socialismo, o desenvolvimento do homem e a promoção das massas (Argélia, 1976, p.1) ¹⁹ [grifo da autora].

No oitavo capítulo da carta constitucional, que trata do ALN, o Artigo oitenta e dois esclarece suas missões e objetivos: a salvaguarda da independência e da soberania nacional, a garantia da unidade e da integridade territorial, bem como a proteção de seu espaço aéreo e marítimo. Ao final, acrescenta: “O *Armée de Libération Nationale*, instrumento da Revolução, participa do desenvolvimento do país e da edificação do socialismo” (Argélia, 1976, p.13).²⁰ No Artigo oitenta e cinco, os *mujahideen* são apresentados como objetos de uma proteção particular do Estado: “a garantia dos direitos intrínsecos dos *mujahideen* e de seus dependentes e a salvaguarda de sua dignidade são uma obrigação do Estado e da sociedade” (Argélia, 1976, p.13).²¹

No caso do Egito, a derrubada da monarquia em 1952 resultou no abandono da Constituição de 1923. Em 1956, Nasser estabeleceu uma nova constituição,²² na qual são elencadas as seis agendas já mencionadas neste artigo, entre as quais se encontra o fortalecimento do Exército (Feuille, 2012).²³ É em um texto escrito pelo próprio Nasser em 1953 e publicado em 1954, um compilado de notas e trechos de discursos, onde encontramos – porém – a melhor tentativa de explorar o momento para mobilizar as pessoas em torno de uma identidade comum, que colocava o Exército egípcio como o agente da transformação nacional, servindo ao propósito da legitimação do CCR enquanto

¹⁹ Tradução da autora: “*Le peuple algérien a acquis son indépendance au prix d’une lutte séculaire et d’une guerre de libération, menée sous l’égide du Front de libération nationale et de l’Armée de libération nationale n (FLN-ALN), qui restera dans l’histoire comme l’une des plus grandes épopées ayant marqué la résurrection des peuples du Tiers-Monde. Au lendemain de son indépendance, il s’est résolument attaché à la construction de l’Etat et à l’édification d’une société nouvelle fondée sur l’élimination de l’exploitation de l’homme par l’homme et ayant pour finalité, dans le cadre de l’option pour le socialisme, l’épanouissement de l’homme et la promotion des masses populaires.*”

²⁰ Tradução da autora: “*L’Armée Nationale Populaire, instrument de la Révolution, participe au développement du pays et à l’édification du socialisme.*”

²¹ Tradução da autora: “*La garantie des droits intrinsèques des moudjahidine et de leurs ayants droit et la sauvegarde de leur dignité sont une obligation de l’Etat et de la société.*”

²² O texto constitucional completo pode ser encontrado apenas na língua árabe.

²³ As outras agendas são: (i) erradicação de todos os aspectos do imperialismo; (ii) extinção do feudalismo; (iii) erradicação dos monopólios e do controle da influência capitalista sobre o sistema de governo; (iv) o estabelecimento da justiça social; (v) o estabelecimento de uma sociedade democrática (Feuille, 2012).

ator político. A *Filosofia da Revolução* inicia com a ideia de que a luta de uma nação é um processo em constante construção que teve seu auge, no Egito, com a Revolução de Julho: “Se, como um estudante, tentasse aprender a história na nossa luta, diria, por exemplo, que a revolução de 23 de julho é a realização de uma esperança acalentada pelo coração do povo egípcio na época moderna depois que, pela primeira vez começou a imaginar sua autonomia” (Nasser, 1963, p.62).

Na sequência, Nasser se questiona sobre o destino do Exército em promover a Revolução e as razões que o incumbiram de tal dever:

Essa questão intrigou-me muitas vezes. Pensei nela de maneira incessante durante todo o período que procedeu o 23 de julho, na época das esperanças, dos sonhos e da elaboração dos programas (...) Dizíamos a nós próprios: ‘Se o exército não agir, quem agirá?’ Éramos a força de que se utilizava o tirano para amedrontar o povo. Chegava a hora dessa mesma força se voltar contra o governo do tirano. Também dissemos outras coisas, mas todas elas tinham o mesmo sentido, porque todos sentíamos profundamente que nossa consciência nos obrigava à ação. Se não tivéssemos agido, teríamos traído aquilo que nos fora confiado (Nasser, 1963, p.71).

Nasser esclarece, enfim, que o Egito passava por duas revoluções, uma de caráter político – a reconquista da autonomia – e outra de caráter social – a derrocada dos valores existentes, a limitação dos direitos de propriedade da terra –, as quais eram travadas simultaneamente. A situação exigia uma união de indivíduos e classes, pois era preciso que “essa preocupação [com o social e com o político] penetrasse no coração do povo”; era também necessário que se possuíssem os meios materiais que garantissem uma ação rápida e decisiva: “Essas condições existiam apenas no Exército” (Nasser, 1963, p.78).

E agora, pergunta-se: ‘qual o caminho a seguir? E qual a tarefa que nos espera?’ O caminho a seguir é aquele que conduz à liberdade e à independência econômica e política. E a nossa tarefa não é outra senão a de guardiões (...) essa é uma tarefa que a História nos impôs. Não podemos furtar-nos a ela (Nasser, 1963, p.94-97).

Os símbolos nacionais – e em particular o hino e a bandeira – são as declarações mais claras da identidade da nação, projetando uma imagem que é meticulosamente construída pelos líderes nacionais, que conscientemente escolhem seus elementos: são, assim, estratégias de comunicação. A projeção desta imagem e desta identidade é vital para a legitimação do regime, a partir da geração da crença na existência da nação (Cerulo, 1993). Na Argélia, após 1962, a *Kassaman* (nós juramos), uma canção de guerra que ancora valores patrióticos no campo de batalha e enaltece a luta armada e a ação da FLN como os únicos meios para a independência, se tornou o hino nacional e o é até hoje (Branche, 2011):

Nós somos os combatentes para o triunfo do direito; Pela nossa independência, fomos para a guerra; Ninguém emprestou ouvido às nossas reivindicações; Nós os gritamos ao ritmo dos canhões; E os martelamos na cadência das metralhadoras; Pois nós decidimos que a Argélia vai viver; Esteja no controle! Esteja no controle! Esteja no controle!

Ó França, o tempo das palavras se foi; Nós o fechamos como se fecha um livro; Ó França, chegou o dia em que você deve prestar contas; Prepare-se! Aqui nossa resposta; O veredicto, nossa revolução o fará; Pois nós decidimos que a Argélia vai viver; Esteja no controle! Esteja no controle! Esteja no controle!

Nossos bravos formaram os batalhões; Nossos despojos serão o preço de nossa glória; E nossas vidas, de nossa imortalidade; Vamos levantar bem alto nossa bandeira acima de nossas cabeças; *Front de libération* nós lhe juramos fidelidade; Pois nós decidimos que a Argélia vai viver; Esteja no controle! Esteja no controle! Esteja no controle!^{24 25}

²⁴ Tradução da autora: “*Nous sommes des combattants pour le triomphe du droit; Pour notre indépendance, nous sommes entrés en guerre; Nul ne prêtant oreilles à nos revendications; Nous les avons scandées au rythme des canons; Et martelées à la cadence des mitrailleuses; Car nous avons décidé que l'Algérie vivra; Soyez-en témoins! Soyez-en témoins! Soyez-en témoins!*”

“*Ô France! le temps des palabres est révolu; Nous l'avons clos comme on ferme un livre; Ô France! voici venu le jour où il te faut rendre des comptes; Prépare toi! voici notre réponse; Le verdict, Notre révolution le rendra; Car nous avons décidé que l'Algérie vivra; Soyez-en témoins! Soyez-en témoins! Soyez-en témoins!*”

“*Nos braves formeront les bataillons; Nos dépouilles seront la rançon de notre gloire; Et nos vies celles de notre immortalité; Nous lèverons bien haut notre drapeau au-dessus de nos têtes; Front de libération nous t'avons juré fidélité; Car nous avons décidé que l'Algérie vivra; Soyez-en témoins! Soyez-en témoins! Soyez-en témoins!*”.

²⁵ O hino está no site da Presidência da República Argelina (<http://www.el-mouradia.dz/>). A tradução do árabe para o francês.

A bandeira do FLN tornou-se a bandeira nacional em 1954, tendo sido inspirada em um antigo desenho criado pelo líder nacionalista Messali Hadj em 1928. De 1958 a 1962, foi a bandeira do Governo Provisório no exílio. O verde é a cor tradicional do Islã e o branco representa a pureza; a Lua Crescente com Estrela em vermelho representa a liberdade (Wils, 2008). No filme “A Batalha de Argel”, uma produção ítalo-argelina de 1966, inspirada nas narrativas do comandante do FLN Saadi Yacef, o momento em que a bandeira argelina foi usada pela primeira vez como um símbolo da resistência contra a opressão francesa é retratada. No filme (1:54:50), um oficial francês parece relatar os acontecimentos do dia: “Hoje de manhã, pela primeira vez, surgiram bandeiras com a meia-lua e a estrela. Milhares de bandeiras, talvez feitas durante a noite. Na verdade, ‘bandeiras’ é um modo de dizer, vemos lençóis, camisas, trapos... Tudo virou bandeira” (A Batalha... 1966).

No Egito, em 1953, um novo hino nacional foi introduzido por Nagib. Seu título era *Unidade, Disciplina e Trabalho*, um dos slogans da Revolução de Julho. Em 1960, porém, já com a formação da República Árabe Unida (RAU), *Walla Zaman Ya Selahy* (Ó Minha Arma) foi introduzido por Nasser como o novo hino nacional, tendo permanecido como o hino oficial egípcio até 1979,²⁶ dezoito anos após a dissolução da própria RAU. A música havia sido escrita anos antes por Umm Kulthum, uma cantora popular, “Diva da música árabe”, que influenciou toda uma geração de egípcios através de suas canções patrióticas, que apoiavam as ações do governo Nasserista (Podeh e Winckler, 2004). Sua letra enaltece a batalha e evoca a resistência nacionalista:

Faz muito tempo ó minha arma; Eu espero por você na minha luta;
Falar e dizer eu estou acordado; Ó guerra faz muito tempo.
Faz muito tempo para os soldados; Avançando com o estrondo;
Jurando nunca voltar; Exceto com a vitória que marca época.

²⁶ De 1979 até os dias de hoje, o hino egípcio é *Bilady, laki hubbi wa fu'adi* (Minha terra natal, você tem meu amor e meu coração). Era uma música extremamente popular no país, uma espécie de hino não oficial, e foi escolhida como hino após a assinatura dos acordos de paz com Israel, levando em consideração seu caráter menos militarista e mais pacifista.

Levantar e fechar fileiras; Com vidas prontas para o sacrifício; Ó, o horror que o inimigo irá sofrer; De você, no fogo do campo de batalha. (...)
Quem deve proteger o Egito Livre?; Nós devemos protegê-lo com nossas armas; Terra da Revolução, quem vai se sacrificar por ela?; Nós vamos, com nossas almas.^{27 28}

A bandeira do Egito também foi adaptada a partir da utilizada na Revolução de Julho. Posteriormente, esta mesma bandeira foi utilizada pela RAU, apenas com a inserção de duas estrelas verdes no centro: uma representando o Egito e outra, a Síria. As tiras vermelhas, branca e preta são as cores representativas do Pan-Arabismo (ou nacionalismo árabe) e foram adotadas por outros países (Iraque, Síria, Sudão, Iêmen) (Wills, 2008).

Um símbolo final que pode ser elencado como uma tentativa de manter a memória das guerras e das revoluções são os feriados públicos nacionais. No caso da Argélia são dois: o Aniversário da Revolução, em 1º de novembro, que celebra o início da batalha pela independência, e o Dia da Independência, em 05 de julho. No Egito, o Dia da Revolução, em 23 de julho, que celebra a vitória da Revolução de Julho. Há, ainda, o Dia das Forças Armadas, em 06 de outubro, que celebra a vitória egípcia na Guerra do Yom Kippur contra Israel.

3.2 Militarismo na Argélia e no Egito: a instrumentalização da retórica Nacionalista

Nesta e na próxima sessão nos dedicaremos a analisar duas ideologias, ou duas retóricas, que foram utilizadas pelos dirigentes militares do Egito e da Argélia como estratégias para a legitimação de seus regimes via a representação de futuros possíveis, conforme aponta Camou (1991). Ambas estão presentes

²⁷ Tradução da autora: *"It has been a long time oh my weapon!; I long for you in my struggle!; Speak and say I am awake; Oh war it has been a long time. It has been a long time for the soldiers; Advancing with thunderous roar; Swearing never to return; Except with epoch-making victory.*

Rise and close ranks; With lives ready for sacrifice; Oh the horror that the enemy shall suffer; From you in the fire of the battlefield. (...) Who shall protect Free Egypt?; We shall protect her with our weapons; Land of the Revolution, who will sacrifice for her sake?; We will, with our souls".

²⁸ A tradução do árabe para o inglês pode ser encontrada na própria Wikipédia (https://en.wikipedia.org/wiki/Walla_Zaman_Ya_Selahy).

nos discursos de Houari Boumediène e de Gamal Nasser e estão referenciadas nos textos constitucionais já analisados. Ambas estão umbilicalmente conectadas e tem por epicentro o próprio Egito Nasserista, influenciando – posteriormente – outros regimes árabes, a partir de sua forte atração ideológica. Nesta primeira sessão analisaremos o nacionalismo árabe (ou Pan-Arabismo), principalmente a partir dos textos de Nasser. Na sessão seguinte, o socialismo em sua versão árabe.

De maneira bastante genérica, as ideias nasseristas podem ser reunidas em três grupos e divididas em três distintos períodos: o Nacionalismo Egípcio (entre 1952 e 1954), o Pan-Arabismo (entre 1954 e 1961) e o Socialismo Árabe (entre 1961 e 1967). Especificamente, o Nacionalismo Egípcio reflete os anos em que os Oficiais Livres concentraram-se na evacuação das forças britânicas. O projeto de formação de um sentimento nacionalista de caráter estatal teve como intuito a legitimação dos novos governantes e a consequente promoção da estabilidade doméstica, tanto no Egito, quanto na Argélia e nos demais países árabes emergidos de lutas pela independência. Não foi suficiente, porém, acabar com a colonização política e militar; era necessário o fim da influência econômica das potências coloniais sobre os países árabes. Para uma geração imbuída de um forte sentimento antiocidental, a adoção de uma identidade baseada na cultura árabe e islâmica era atrativa, mesmo em um país onde a identidade local fosse bastante forte, como no Egito (Podeh e Winckler, 2004; Abu-Tarbush, 2007; Ferabolli, 2006). Para o professor e geógrafo Gamal Hamdan, não havia contradição neste pensamento: ele via o Egito como a sua pátria e o Mundo Árabe como a sua nação, argumentando que a ênfase na primeira não entrava em conflito com a lealdade à segunda (*al-watan al-'arabi al-kabir*) (Hamdan, 1970, *apud* Barakat, 1993).

A crença básica por trás do discurso pan-arabista é a de que todos os árabes, enquanto comunidade imaginária, compartilham de uma mesma língua, cultura e história e – portanto – deveriam unir-se em um único Estado-nação,

sob um governo central, formando a *Umma* islâmica clássica. Na realidade, as origens do Pan-Arabismo remontam ao século XIX, tendo nascido nos clubes literários de Damasco e se desenvolvido nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial. A ascensão de Nasser, porém, marca o início do nacionalismo árabe moderno, uma vez que o líder egípcio conseguiu articular essa difusa ideologia em torno de objetivos políticos práticos, tal como a luta contra o imperialismo (Ferabolli, 2006). Sobre esse tema, Nasser afirma na Carta Nacional da República Árabe Unida, intitulada *O Povo no Poder* e apresentada pelo presidente no Congresso Nacional de Forças Populares em 1962:

A unidade árabe não mais precisa ser provada, pois identifica-se com a própria existência árabe. É suficiente a existência de um mesmo idioma, fundamento da unidade mental e espiritual. É suficiente a unidade histórica da Nação Árabe, que solda a unidade de consciência e sentimentos. É suficiente a comunhão de esperança num mesmo futuro num mesmo destino. Laboram em erro aqueles que pretendem minar a base do conceito da unidade árabe, mencionando a existência de diferenças entre os governos árabes. **Essas diferenças tem suas raízes mergulhadas na luta social do Mundo Árabe contemporâneo.** O fato de sua existência é, ao contrário, a comprovação da unidade árabe (Nasser, 1963, p.229-230) [grifo da autora].

A nacionalização do Canal de Suez por Nasser, em 1956, foi o resultado mais emblemático desta visão, suscitando reação imediata por parte da França, Grã-Bretanha e de Israel. Com a retirada das tropas estrangeiras do Egito, a imagem de Nasser foi reforçada no plano regional e, por extensão, também a do pan-arabismo. Um dos efeitos mais imediatos deste cenário foi a união entre Síria e Egito para formar a República Árabe Unida (RAU), um verdadeiro exercício prático do ideal pan-arabista de unificação dos países árabes em 1958 (Abu-Tarbush, 2007). Especificamente sobre a RAU, Nasser afirma:

A República Árabe Unida considera sua a iniciativa e a mensagem em prol da unidade árabe completa, através da doação de uma política precisa, que compreenda o estágio da luta árabe (...) o desenvolvimento dos esforços visando à unidade deve ser simultâneo aos esforços de

superação das lacunas econômicas e sociais decorrentes das diferenças de desenvolvimento entre os vários povos da Nação Árabe. Esses contrastes de desenvolvimento foram impostos pelas forças isolacionistas da reação e do imperialismo (...) a República Árabe Unida sente que é seu dever apoiar todo o movimento nacional e popular a favor da independência e da reforma social (...) a República Árabe Unida é assim convocada a oferecer suas experiências em favor de todos os movimentos populares, progressistas e nacionais do Mundo Árabe (Nasser, 1963, p.232-233).

O nacionalismo estatal e o Pan-Arabismo representavam a defesa da autodeterminação destes povos, seja no formato de Estados fragmentados, seja no formato de *Umma*. Assim, servia à justificação das ações contra o imperialismo e contra a opressão das potências europeias. Considerando-se o já visto papel das Forças Armadas nas independências e na construção dos regimes, o nacionalismo e o Pan-Arabismo serviram – em última análise – como retórica para a legitimação das ações políticas dos corpos militares: “o uso do nacionalismo pelos militares não serve para fortalecer (...) o Estado-nação; ao invés disso, fortalece (...) [o] Estado pretoriano” (Lenze, 2011, p. 6).²⁹. A adoção do Pan-Arabismo era parte essencial do populismo de Nasser, que usava seu apelo carismático para comunicar sua mensagem (Podeh e Winckler, 2004). Na defesa da proeminência egípcia na promoção do nacionalismo e do Pan-Arabismo, Nasser utiliza a famosa imagem dos círculos concêntricos expressa na *Filosofia da Revolução* (1953): o primeiro círculo é a chamada “zona árabe”; o segundo círculo é o Continente Africano – pois o Egito se encontra na África e lhe serve de “*porta setentrional*” –; o terceiro círculo é o conjunto de todos os muçulmanos.

No que concerne a Argélia, os militares e o regime de Boumediène também utilizaram o nacionalismo enquanto retórica na luta pela independência e – posteriormente – na justificação de seu projeto de desenvolvimento. O pai fundador do nacionalismo argelino, entretanto, foi

²⁹ Tradução da autora: “*The use of nationalism by the military is not used to strengthen the Algerian, Pakistani and Turkish nation-state; instead, it strengthens the Algerian, Pakistani and Turkish praetorian state*”.

Messali Hadj, cujo movimento, o *Mouvement National Algérien* (MNA), era o contraponto interno do FNL, reflexo das disputas por poder no seio dos movimentos nacionalistas anteriores à própria independência nacional. O FNL será a fusão, em 1954, de diversos grupos nacionalistas comprometidos com a eliminação total do sistema colonial: os conciliadores, representados pelo CRUA (*Comité Révolutionnaire d'Unité et d'Action*), os berberistas, representados pelo OS (*Organisation Spéciale*), os movimentos dos Eleitos e dos Ulemas e integrantes do Partido Comunista. O MNA, no contraponto, apoiava a proposta de Charles de Gaulle, que oferecia um projeto de longo prazo para a modernização da Argélia (Segura I Mas, 1994). Após a Guerra de Independência levada a cabo pelo FNL, no entanto, a memória da guerra não assegurou a Messali Hadj outro papel se não o de títere dos interesses franceses (Branche, 2011).

Os dois principais componentes da identidade nacionalista argelina foram o Islã e a língua árabe. Com a independência, o lugar do Islã foi confirmado nos documentos fundadores, ao passo em que os novos líderes militares reconheciam o nexo entre a religião islâmica, o nacionalismo e os imperativos a serem enfrentados pelo país.³⁰ Quanto à língua, Boumediène instituiu a arabização do ensino, anteriormente em francês, e sua universalização. Igualmente, a partir de 1971 Boumediène nacionalizou indústrias de petróleo, utilizando suas receitas para financiar seus planos de desenvolvimento. O comprometimento dos oficiais argelinos com o nacionalismo e seus símbolos foi elemento-chave da proeminência política, social e econômica dos militares (Cook, 2007; Testas e Karagiannis, 2012).

A Guerra dos Seis Dias, em 1967, também teve seus reflexos para a imagem de Boumediène. A Argélia contribuiu com um grande contingente de tropas do ANL e doou dinheiro ao Egito, Jordânia e Síria logo após o fim do

³⁰ Para tanto, foi determinante a influência dos movimentos dos Eleitos e dos Ulemas que compuseram o FLN.

conflito, levando a cabo, ainda, uma ofensiva diplomática contra os “poderes imperialistas”, rompendo relações diplomáticas com Washington (já havia rompido com Londres), suspendendo a venda de gás e petróleo para a Inglaterra e para os Estados Unidos e nacionalizando suas companhias petrolíferas. Boumediène tornou-se, assim, símbolo da determinação árabe e da intransigência política (Ottaway, 1970).

3.3 Militarismo na Argélia e no Egito: a instrumentalização da retórica socialista

O Mundo Árabe, durante o período analisado neste artigo, esteve dividido entre repúblicas praticantes do “socialismo árabe” – Argélia, Egito, Iraque, Líbia, Síria, Tunísia e Iêmen – e monarquias cuja economia era dominada pelo setor privado ou real – Arábia Saudita, Marrocos, Kuwait. No caso do socialismo árabe, mais uma vez, o Egito era o centro propagador das novas ideias, graças a uma combinação da personalidade de Gamal Nasser, seu apelo entre as massas e a posição do Egito enquanto o mais populoso Estado árabe.³¹ Igualmente, a adoção da ideologia socialista refletia, em parte, o que acontecia em outras partes do mundo: a força dos partidos comunistas e socialistas na Europa, a crescente influência da União Soviética e a chegada ao poder do Partido Comunista da China. A retórica anticapitalista, porém, e a ideologia socialista, são visíveis como ideologia oficial no Egito apenas a partir de 1962, com a Carta Nacional, quando o processo de nacionalização das companhias estrangeiras já estava em curso (Hansen, 1975; Devlin, 1991).

O próprio Nasser em *O Povo no Poder* define e elenca as características do socialismo árabe, que o diferenciam do Socialismo Científico, ou Marxista.

³¹ Foi, no entanto, com os dois fundadores do partido Baath, Michel Aflaq e Salah al-Din Bitar, influenciados pelo Nacionalismo Pan-Arabista na Síria e no Iraque, que o socialismo árabe (*ishtirakiyah*) foi primeiramente idealizado. O socialismo, para eles, era interpretado como justiça social para os pobres e para os não privilegiados. Como o primeiro partido político árabe com objetivos nacionalistas, o partido Baath teve papel central de propagação destas ideias (Devlin, 1991).

Para Nasser, o socialismo é “o caminho para a liberdade social”, que pode ser realizada através da garantia de que cada um obterá uma porção justa da riqueza nacional. Para o Mundo Árabe, na visão nasserista, a solução socialista foi uma inevitabilidade histórica, uma vez que “as experiências capitalistas para lograrem o progresso vincularam-se ao imperialismo (...) a transformação do Egito em um vasto campo algodoeiro bombeou sangue pelas artérias da economia britânica à custa da fome do camponês egípcio” (Nasser, 1963, P.188). Alguns pontos sobre o socialismo árabe, porém, são destacados. Em primeiro lugar, o controle pelo povo dos instrumentos de produção não requer a nacionalização da propriedade privada e a supressão dos direitos de herança, bastando uma redistribuição justa de terras e um setor público eficiente. Em segundo lugar, há uma afirmação da família como a célula mater da sociedade, a qual deve ser protegida para que melhor se preservem as tradições nacionais. Em terceiro lugar, o islã é a religião oficial do país. Nesse contexto:

As Forças Armadas devem estar preparadas para esmagar qualquer tentativa imperialista de frustrar as grandes aspirações populares. É o povo que oferece às suas Forças Armadas os seus filhos e que delas fazem uma força capacitada a servir com absoluta lealdade e dedicação às aspirações nacionais (...) a contínua ascensão do povo aos estágios superiores de evolução econômica e social **faz do Exército uma força poderosa para a defesa do desenvolvimento do país** (Nasser, 1963, p.219-220) [grifo da autora].

Assim, o socialismo árabe compartilhava com o pensamento nacionalista a rejeição do imperialismo e o ideal de desenvolvimento autônomo, coadunando-se – portanto – no projeto de futuro propagado pela elite militar. No Egito, a retórica socialista levou a uma forte expansão do setor público, a partir da ideia de que a democracia política era impossível sem a democracia social, e que isso envolvia a propriedade pública dos meios de comunicação e de outros serviços públicos, bancos, empresas e indústrias. Ademais, termos como “socialismo” e “justiça social” eram usados em referência à expansão dos serviços sociais, à educação universal, tanto para homens como para mulheres e

à ampliação dos direitos trabalhistas (Hourani, 2013). A promessa de uma sociedade de bem-estar, com crescimento econômico equitativo e autônomo, foi a principal base de legitimação da elite militar nos anos 1960 (Abdel-Malek, 1964).

Na Argélia, o socialismo foi esboçado no início da guerrilha de 1954 como a opção e o objetivo final da marcha. Boumediène, entretanto, contrapôs o socialismo islâmico e internacionalista de Ben Bella a um socialismo também islâmico, porém restrito aos problemas e às realidades nacionais (Poerner, 1966). Sendo, porém, uma sociedade etnicamente mais heterogênea que a egípcia,³² este socialismo com pano de fundo religioso recebeu severa oposição dos comunistas argelinos, sob o argumento de que este componente ameaçava a cultura berbere. Como resultado, em 1963 foi formado um movimento clandestino de resistência, o *Front des forces socialistes* (FFS), cuja ameaça contribuiu para a deflagração do golpe militar contra Ben Bella. Sobre estes fatos e sobre a legitimidade dos militares sobre o discurso socialista, Boumediène declarou em 1965, claramente fazendo um contraponto às posições de Ben Bella e utilizando-se das imagens da independência:

A Revolução é do povo e a ele deve continuar a pertencer, se, se desviar (...) **nosso rumo socialista e nossa Revolução constituem a consciência de milhares de mártires e o resultado de uma grande luta das forças revolucionárias deste país** (...) há gente que pensa que isso é um golpe militar. A Argélia não é o país dos golpes. Há gente pensando que esta foi uma ação militar, mas nós respondemos que é uma ação de militantes, de uma elite de militantes, e que essa elite não é aquela que conheceu a luta nos salões ou nas capitais estrangeiras. **No momento em que os verdadeiros combatentes estavam nos maquis**, vivendo nas tocas com os camponeses, compartilhando o sofrimento no meio do povo e dos autênticos revolucionários, **muitos estavam nas capitais estrangeiras e falavam em nome da Revolução** (Boumediène, 1965 *apud* Poerner, 1966, p.125) [grifo da autora].

³² Segundo o *CIA World Factbook* a composição étnica da Argélia é composta por 99% de árabe-berberes, com 15% destes se identificando apenas como Berberes. Os Berberes também são muçulmanos, mas se identificam com a herança cultural berbere e não com a árabe, possuindo sua própria língua. No Egito, em contraste, 99,6% se declaram etnicamente egípcios.

Em termos de doutrina econômica, porém, as políticas socialistas implementadas por Boumediène no plano agrário e industrial não diferiam significativamente das ideias dos comunistas. Boumediène promoveu diversos planos econômicos, iniciando com planos trienais (de 1967 a 1969) e posteriormente quadrienais (de 1970 a 1977), os quais privilegiavam o desenvolvimento da indústria pesada combinado com reforma agrária (Testas e Karagiannis, 2012). A nova constituição de 1976 colocou grande ênfase sobre o socialismo, mas ainda situando firmemente a legitimidade do Estado argelino na luta pela independência (Cook, 2007).

Assim como no Egito, salientar a singularidade do partido no poder enquanto o partido verdadeiramente revolucionário e colocar a economia sob controle do Estado em nome do socialismo e do nacionalismo era – na Argélia de Boumediène – uma estratégia para prevenir a emergência de potenciais rivais políticos, econômicos e culturais. Igualmente, era uma estratégia para manter o povo argelino confiante nos governos militares, via as representações de um futuro mais justo.

4. Considerações finais

Camou (1991) nos havia proposto que a legitimidade é indissociável de sua duração. No contexto da Argélia e do Egito, o “capital heroico” dos militares não se mostrou perene em sua capacidade de legitimar o *Pouvoir*, ou a *Al-nidham*. As novas gerações não tinham a vivência das guerras de libertação e diversos eventos internos e externos desgastaram progressivamente a imagem dos militares enquanto potenciais dirigentes políticos, de modo que estes precisaram se apoiar em novas estratégias de legitimação política ou em novos formatos de atuação, menos visíveis e menos institucionalizados,³³ embora se mantendo como árbitros, conforme proposto por Consuelo Cruz (2005).

³³ Ver Cook (2007).

No Egito, após a morte de Gamal Nasser, em 1970, seu vice-presidente e também membro dos Oficiais Livres, Awnar Sadat, ascendeu ao posto presidencial, realocando forças leais no interior do Estado, alternando a nomeação de oficiais para os postos mais altos das hierarquias e promovendo ações de profissionalização dos militares e do aparato securitário, de modo a firmar sua autoridade política sobre estes. O desenvolvimentismo de teor nacionalista e socialista foi substituído por políticas de liberalização econômica. Em 1981, Sadat foi assassinado, tendo sido substituído por seu vice-presidente, Hosni Mubarak, um oficial da Força Aérea. O novo dirigente deu continuidade ao projeto de liberalização e à marginalização política dos militares, embora estes tenham se mantido fiéis ao regime, garantindo a manutenção da ordem em troca de controle monopolístico de setores da economia (Stacher, 2014). Na Argélia, após a morte de Boumediène, em 1978, o coronel Chadli Bendjedid, *mujahid* da Guerra de Independência foi recomendado pelo Exército a assumir a presidência, também promovendo um processo de “desboumedienalização” da política argelina e a liberalização no campo econômico. Os militares argelinos, porém, permaneceram uma constante força política na Argélia, ainda que atuando de maneira discricionária, interferindo quando necessário para garantir a “estabilidade e a segurança”. Foi nos anos 1990, com a Guerra Civil contra grupos islamistas, que a imagem dos militares foi severamente afetada em vista da forte repressão promovida (Layachi, 2014).

A condição atual dos militares nestes dois países, entretanto, é incerta. Na Argélia, o presidente Bouteflika – também *mujahid* da Guerra de Independência e antigo braço direito de Boumediène – está em seu quinto mandato aos 78 anos. Sua relação com as Forças Armadas é dúbia, uma vez que diversas reformas no âmbito militar vem sendo empreendidas, visando ao afastamento de líderes tradicionais e a nomeação de aliados do presidente. No Egito, o primeiro civil eleito presidente, Mohamed Morsi, um dos líderes da Irmandade Muçulmana, foi removido do cargo pelo Conselho Supremo das

Forças Armadas (SCAF). Atualmente, o General Abdel Fattah el-Sisi governa o país.

De tal maneira, este trabalho possui uma clara limitação temporal. Seu propósito, porém, se mantém firme, pois a compreensão das dinâmicas políticas nos anos subsequentes à Independência, os anos de transição política destes países, nos auxilia na compreensão de suas dinâmicas atuais, uma vez que os militares permanecem atores políticos expressivos. Igualmente, os símbolos adotados durante os anos analisados permanecem os mesmos, de modo que a memória do passado na qual são glorificados os atos militares segue presente. No campo da Cultura Política, como dito, este trabalho possui a limitação de não ter acesso a pesquisas de opinião para o período, que seriam úteis na confirmação da posição dos cidadãos enquanto ao papel político exercido pelos militares.

Uma possível agenda de pesquisa a partir deste artigo é a análise dos anos 1980, quando o liberalismo econômico assumiu o papel do socialismo e do nacionalismo enquanto estratégia de legitimação, utilizando como retórica a necessidade de modernização econômica e de crescimento. Ainda, é uma agenda possível a análise do impacto da chamada “Primavera Árabe” nas relações entre civis e militares. No caso da Argélia, é interessante o questionamento do por que não houve protestos em massa e qual o papel dos órgãos de segurança neste cenário. No caso do Egito, qual a percepção da população egípcia quanto ao papel político do SCAF e quais os possíveis cenários futuros que se desenham.

Bibliografia

A BATALHA de Argel. Argel: Casbah Film. P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PB-xK_ViPck>. Acesso em: 13 jul. 2015.
ABDEL-MALEK, Anouar (1964). **Nasserism and Socialism**. Londres: Socialist Register, 1966.

ABU-TARBUSH, J. Del nacionalismo a los islamismos. **Ayer**, Madrid, v. 65, n. 1, p.153-187, jun. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/41325074?uid=2&uid=4&sid=21104233057931>>. Acesso em: 27 set. 2014, 2007.

ADDI, Lahouari. Army, State and Nation in Algeria. In: KOONING, Kees; KRUIJT, Dirk. **Political Armies: The Military and Nation Building in the Age of Democracy**. Nova York: Zed Books, p. 159-178, 2001.

AGERON, C. **Histoire de l'Algérie contemporaine (1830-1982)**. Paris: Presses Universitaires de France, 1983.

AL-BUTI, M. S. R. Preparando o clima apropriado para a Jihad. In: ABU-RABI', Ibrahim M. **O Guia Árabe Contemporâneo sobre o Islã Político**. São Paulo: Madras. p. 91-101, 2011.

ARGÉLIA. Constituição (1963). Constituição nº 1, de setembro de 1963. **Constitution de La Republique Algerienne Democratique Et Populaire**. Argel, Disponível em: <<http://mjp.univ-perp.fr/constit/dz1963.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

ARGÉLIA. Constituição (1976). Constituição nº 2, de 1976. **Constitution de La Republique Algerienne Democratique Et Populaire**. Disponível em: <<http://www.conseil-constitutionnel.dz/Constituion1976.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

BADIE, B; HERMET, G. **Politique Comparée**. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

BARAK, O; DAVID, A. The Arab Security Sector: A New Research Agenda for a Neglected Topic. **Armed Forces & Society**, Texas, v. 36, n. 5, p.804-824, out. Disponível em: <<http://www.ssrresourcecentre.org/wp-content/uploads/2011/06/Barak-and-David-The-Arab-Security-Sector-A-new-research-agenda-for-a-neglected-topic.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2015, 2010.

BARAKAT, H. **The Arab World: Society, Culture, and State**. Berkeley: Univeristy Of California Press, 1993.

BE'ERI, E. **Army Officers in Arab Politics and Society**. Londres: Praeger, 1970.

BRANCHE, R. The martyr's torch: memory and power in Algeria. **The Journal Of North African Studies**, [s.l.], v. 16, n. 3, p.431-443, set, 2011.

BROOKS, R. **Political-Military Relations and the Stability of Arab Regimes**. Londres: Routledge, 1998.

CAMOU, M. Poder y Legitimidad en el Magreb. In: GARCÍA, Barnabé. **Espana-Magreb**. Madrid: Siglo XXI. p.87-107, 1992.

CARVALHO, J. M. **A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERULO, K. A. Symbols and the World System: National Anthems and Flags. **Sociological Forum**, Nova York, v. 8, n. 2, p.243-271, jun, 1993.

COOK, S. A. **Ruling but not governing: the military and political development in Egypt, Algeria and Turkey**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007.

_____. **The Struggle for Egypt: From Nasser to Tahrir Square**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

CRUZ, Consuelo. **Political Culture and Institutional Development in Costa Rica and Nicarágua**. New York: Cambridge University Press, 2005.

DEVLIN, John F. The Baath Party: Rise and Metamorphosis. **The American Historical Review**, [s.l.], v. 96, n. 5, p.1396-1407, dez, 1991.

ENTELIS, John P. Algeria: Technocratic Rule, Military Power. In: ZARTMAN, William et al. **Political Elites in Arab North Africa: Morocco, Algeria, Tunisia, Libya and Egypt**. Nova York: Longman. p. 92-143, 1982.

FEUILLE, James. Reforming Egypt's Constitution: Hope for Egyptian Democracy?. **Texas International Law Journal**, Austin, v. 42, n. 1, p.238-259, jun. GORDON, Joel (1992). **Nasser's Blessed Movement: Egypt's Free Officers and the July Revolution**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

HANSEN, Bent. Arab Socialism in Egypt. **World Development**, [s.i], v. 3, n. 4, p.201-211, abr, 1975.

HERMASSI, E. **Leadership and National Development in North Africa: A Comparative Study**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1972.

HOURLANI, A. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUDSON, M. Arab Politics after the Uprisings: Still Searching for Legitimacy. In: SADIKI, Larbi (Ed.). **Routledge Handbook of the Arab Spring**. Londres: Routledge. p. 28-38, 2014.

JENSEN, C. (Ed.) **Developments in Civil-Military relations in the Middle East**. Copenhagen: Royal Danish Defence College, 2008.

KHALDUN, I. **Os Prolegômenos**. São Paulo: Inst. Brasileiro de Filosofia, 1958.

LAYACHI, A. People's Democratic Republic of Algeria. In: GASIOROWSKI, Mark (Ed.). **The Government and Politics of the Middle East and North Africa**. Boulder: Westview Press. p. 449-474, 2014.

LENZE, P. E. **Civil-Military Relations in “Islamic Democracies”**: Military intervention and withdrawal in Algeria Pakistan and Turkey. 2011. 334 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Department of Political Science, Washington State University, Washington. Disponível em: <https://research.wsulibs.wsu.edu/xmlui/bitstream/handle/2376/2849/Lenzejr_ws_u0251E_10074.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 jul. 2015, 2011.

MOHAMED, M. State, Security and Reform: the case of Algeria. **Arab Reform Initiative**, jun. Disponível em: <<http://www.arab-reform.net/state-security-and-reform-case-algeria>>. Acesso em: 12 jul. 2015, 2012.

NASSER, G. A. **A Revolução no Mundo Árabe**. São Paulo: Arte Limitada, 1963.

PERLMUTTER, A. The Praetorian State and the Praetorian Army: Toward a Taxonomy of Civil-Military Relations in Developing Polities. **Comparative Politics**, Nova York, v. 3, n. 1, p.382-404, abr, 1969.

PODEH, E; WINCKLER, O. (Ed.) **Rethinking Nasserism: Revolution and Historical Memory in Modern Egypt**. Gainesville: University Press Of Florida, 2004.

POERNER, A. J. **Argélia: O caminho da independência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

POLLACK, K. M. **The Influence of Arab Culture on Arab Military Effectiveness**. 1996. 765 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Massachusetts Institute Of Technology, Massachusetts, 1996.

RAHAL, Yahya. **Histoires de pouvoir: un général témoigne**. Argel: Casbah Éditions, 1997.

ROBERTS, H. The Struggle for Constitutional Rule in Algeria. **The Journal Of Algerian Studies**, Londres, v. 3, n. 1, p.19-30, jun. Disponível em: <<http://www.algeria-watch.org/farticle/debat/debatarmeeroberth.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2015, 1998.

RUSSELL, Bertrand. **Power: A New Social Analysis**. Londres: Routledge, 2004.

RUSTOW, D. A Política do Oriente Próximo: Sudoeste da Ásia e Norte da África. In: ALMOND, Gabriel; COLEMAN, James (Org.). **A Política das Áreas em Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos. p. 352-430, 1960.

SANTANA, N. S. Civil-Military Relations in Europe, the Middle East and Turkey. **Routledge**, Londres, v. 12, n. 2, p.279-292, jul, 2011.

SEGURA I. MAS, Antoni. **El Magreb: del colonialismo al islamismo**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1994.

STACHER, J. Arab Republic of Egypt. In: GASIOROWSKI, Mark (Ed.). **The Government and Politics of the Middle East and North Africa**. Boulder: Westview Press. p. 371-396, 2014.

TESTAS, A; KARAGIANNIS, N. Towards an alternative industrial and trade profile for Algeria: the challenge of the developmental state model. **The Journal Of North African Studies**, [s.l.], v. 17, n. 4, p.631-652, set. VIGEVANI, Tullo (1990). **Terceiro Mundo: Conceito e História**. São Paulo: Editora Ática, 2012.

WILLS, C. **Complete Flags of the World**. Nova York: Dk.

YEFSAH, Abdelkader (1992). L'armée et le pouvoir en Algérie de 1962 à 1992. **Revue Du Monde Musulman Et de La Méditerranée**, Aix-en-provence, v. 65, n. 1, p.77-95, jun, 2008.

Sites consultados

Enciclopédia Britânica: < <http://www.britannica.com/> >

CIA World Factbook: < <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/> >

Presidência da República Argelina: <<http://www.el-mouradia.dz/>>

Recebido em: 02/04/2016
Aprovado em: 23/05/2016